

ta. Na economia industrial, os investimentos fazem crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica ao investido, isto porque o investimento se transforma em pagamentos a fatores de produção, o que hoje se denomina de cadeia produtiva a montante.

Na economia exportadora-escravista, o resultado do investimento é inteiramente inverso. Parte dele faz-se em pagamento no exterior com a importação do trabalhador, dos equipamentos e materiais de construção. No entanto, a maior parte do investimento destinava-se a adquirir força de trabalho, desse modo, a diferença entre o custo de reposição e de manutenção dessa mão-de-obra e o valor do seu produto era lucro para o seu proprietário mercantilista, e com um detalhe a mais, esse incremento de renda não tinha expressão monetária, pois não era objeto de nenhum pagamento (FURTADO, 2001).

Ressalte-se que qualquer mercadoria produzida nesse sistema tem um preço superior à sua similar produzida no sistema capitalista, visto que incorpora em seu custo de produção dois elementos extras: o valor da aquisição do escravo e o salário de quem o vigia.

Mesmo assim, o problema não se esgota no sistema de produção escravista, como sendo incapaz de acumular capital. O sul dos Estados Unidos conheceu uma crescente acumulação, e essa se fazia basicamente por uma crescente produtividade do capital, traduzida pelo crédito. Os títulos dos *farmers* podiam ser descontados no mercado. Como resultado, havia acumulação de capital no interior do sistema (CALDEIRA, 1999).

A diferença em relação ao Brasil é que nos EUA essa acumulação era endógena, diferentemente do que ocorria aqui, onde a mesma, no período colonial, dava-se em Portugal e, na fase nacional, o país não dispunha do mecanismo de crédito como o existente nos EUA.

Conforme demonstrado, fora praticamente impossível ao Maranhão estabelecer o seu desenvolvimento econômico a partir da sua cotonicultura. Quando sua economia algodoeira estivera atrelada ao Antigo Sistema Colonial, os processos de acumu-

lação de capital e os novos planos de investimentos se davam na Europa. Na fase nacional, esse objetivo não foi conseguido devido à mentalidade e à prática mercantilista dos investidores maranhenses, às condições estruturais, à baixa produtividade agrícola e, também, à concorrência da produção americana com melhores condições de competitividade no mercado internacional.

Situação completamente diferente ver-se-á quando da análise, a seguir, do que foi capaz de estabelecer em São Paulo a economia cafeeira capitalista do oeste paulista.

4 - ASPECTOS TEÓRICOS DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO COMPLEXO CAFEIEIRO PAULISTA

Esta pesquisa sobre o complexo cafeeiro do oeste paulista começa em 1886 por dois aspectos. Primeiro, porque a partir dele a expansão cafeeira estava totalmente assegurada pelo trabalho assalariado. A cafeicultura dessa região havia solucionado sua questão fundamental, a força de trabalho. Fizera muito mais ao subordinar efetivamente o trabalho, implantou, com isso, as bases da economia cafeeira capitalista (CANO, 2002). Segundo, foi essa cafeicultura que estabeleceu um período de desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, conduzindo-o à industrialização.

Nessa região, a expansão da cultura do café encontrou grande disponibilidade de área, condições favoráveis do clima, da topografia e da fertilidade do solo; foram introduzidos arado e roçadeira como técnicas de cultivo (CANO, 1990). O beneficiamento do café pós-colheita foi mecanizado, aumentando a produtividade e melhorando a qualidade do café para exportação, fazendo com que na década de 1880, os produtores recebessem até 33% mais no preço do produto (TAUNAY, 1943).

Todas essas condições, aliadas a uma menor idade média dos cafeeiros para iniciarem a produção, fizeram com que a produtividade das lavouras do oeste paulista chegasse a ser cinco vezes maior do